



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **4001419-84.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Duplicata**
 Exequente: **RADIO PROGRESSO SAO CARLOS LTDA**
 Executado: **STRAFORINI RAGONEZZI COMERCIO DE CALÇADO**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos, etc.

Embora já prolatada a sentença, temos a possibilidade de homologação de acordo após prolação de sentença, neste sentido: *"Nada impede que seja celebrada e homologada transação após sentença (TRF-6ª Turma, AC 125.435-BA, rel. desig. Min. Américo Luz, j. 24.8.88, homologamram a transação por maioria, DJU 4.4.89, p. 4761;JTA 108/23), desde que não transitada em julgado (JTJ 152/200, 156/216)."*

Há quem admita, "mesmo no caso de sentença transitada em julgado (JTJ 151/87)¹.

Isto posto, HOMOLOGO por sentença, para os devidos fins e efeitos legais, o acordo a que chegaram as partes nos presentes autos, objeto da petição de fls. 162/163 e em consequência, JULGO EXTINTA a presente ação, com fundamento no art. 487, III, "b", do CPC.

No mais, determino a suspensão da execução do acordo homologado, aguardando-se os autos em cartório até cumprimento do ajuste, previsto para 15 de fevereiro de 2017.

Decorrido referido prazo, aguarde-se por trinta (30) dias e, no silêncio, será presumido o cumprimento da transação, extinguindo-se a execução com base no art. 924, II, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

São Carlos, 07 de fevereiro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

¹ THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*, 30ª edição, ed. Saraiva, nota 11ª ao art. 269.